



RELISE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO DISPOSITIVO PARA A
SUSTENTABILIDADE DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM OLHAR SOBRE
EMPREENDEDORAS/ES NEGRAS/OS BAIANAS/OS¹**

*FINANCIAL EDUCATION AS A DEVICE FOR THE SUSTAINABILITY OF
SMALL BUSINESSES: A LOOK AT BLACK ENTREPRENEURS FROM BAHIA*

Maria Carolina de Souza²

Mariana Fernandes dos Santos³

Erika Tuany Carvalho Lima Santana⁴

Marcelo Vitor Ribeiro Santos⁵

Leandro José Silva Andrade⁶

RESUMO

O objetivo desse estudo é compreender o acesso à educação financeira por empreendedoras/es negras/os baianas/os, buscando identificar a relação entre educação financeira e a sustentabilidade desses pequenos negócios. Para isso, o enfoque metodológico do estudo realizado organizou-se na modalidade empírica com base na abordagem quali-quantitativa Minayo et al (2000), de maneira que a metodologia da pesquisa de campo e de revisão de literatura foram articuladas com o instrumento de coleta de dados, questionário. Os principais resultados consistem no compartilhamento da percepção de empreendedoras/es negras/os a respeito da sua educação financeira e da relação desta com os desafios de sustentabilidade do seu negócio e um conjunto de recomendações direcionadas a ampliar o acesso à educação financeira por empreendedoras/es negras/os. Como contribuições teóricas apresentamos uma síntese histórica das estratégias de educação financeira eleitas pelo governo federal e uma reflexão sobre a realidade da empreendedora/or negra/o. A relevância desse trabalho está na relação apresentada entre a educação financeira e a sustentabilidade dos negócios de empreendedoras/os negras/os.

¹ Recebido em 08/08/2024. Aprovado em 16/09/2024. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.17219129

² Universidade Federal da Bahia. mcarols@gmail.com

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. mariana.santos@ifba.edu.br

⁴ Universidade Federal da Bahia. guiadeessenciahumana@gmail.com

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. marcelo.vitor@ifba.edu.br

⁶ Universidade Federal da Bahia. leandrojsa@ufba.br



RELISE

176

Adicionalmente, os dados da pesquisa revelam os desafios e as oportunidades relacionadas à educação financeira, que são apresentadas como recomendações e consistem em contribuições sociais para o público investigado.

Palavras-chaves: educação financeira, afroempreendedorismo, sustentabilidade, pequenos negócios.

ABSTRACT

This article focuses on investigating the access to financial education by black entrepreneurs from Bahia and aims to identify the relationship between financial education and the sustainability of small businesses. The study used an empirical approach with both qualitative and quantitative methods based on the Minayo et al (2000) framework. The research involved field research, literature review, and the use of a questionnaire as a data collection instrument. The main results include insights from black entrepreneurs on their financial education and its impact on the sustainability of their businesses, as well as recommendations for improving access to financial education for black entrepreneurs. The study also provides a historical overview of financial education strategies adopted by the federal government and reflects on the realities faced by black entrepreneurs. The significance of this work lies in the connection between financial education and the sustainability of black entrepreneurs' businesses. Additionally, the research data sheds light on the challenges and opportunities related to financial education, offering valuable recommendations for the target audience.

Keywords: financial education, black entrepreneurship, sustainability, small business.

INTRODUÇÃO

De acordo com a discussão “Empreendedorismo por raça-cor/gênero no Brasil”, promovida pelo Sebrae (SEBRAE, 2021), a população de empreendedoras/es brasileiros (28,6 milhões) é composta por: 9,8 milhões de homens negros, 8,7 milhões de homens brancos, 5,0 milhões de mulheres brancas e 4,7 milhões de mulheres negras. No total, incluindo homens e mulheres e considerando os dados coletados no estudo realizado pelo Sebrae, utilizando dados da PNADC (I trim. 2012 a II trim. 2021), 14,5 milhões dos empreendedores são negros, representando mais de 50% da população. No



RELISE

estudo, esses empreendedores, que, em sua maioria, residem em estados do nordeste, quando comparados aos brancos, possuem menor nível de escolaridade e de rendimento mensal; geralmente estão há menos tempo na atividade do negócio; contribuem menos com a previdência; são mais jovens; têm maior dificuldade de acessar o crédito, e; frequentemente empreendem por conta própria.

Como apontado na pesquisa Coisa de Preto, realizada pela Box1824 e Google (2022), o alto número de empreendedoras/es negras/os no Brasil deve-se principalmente às dificuldades enfrentadas por pessoas negras para o acesso às oportunidades convencionais no mercado de trabalho que, na maioria das vezes, estão relacionadas, direta ou indiretamente a questões que caracterizam o racismo estrutural. A discriminação social e falta de valorização profissional são uma das barreiras que costumamos observar em nosso cotidiano e que justificam, por exemplo, o baixo número de pessoas negras ocupando cargos de liderança em organizações de médio e grande porte. Mesmo quando essas pessoas conquistam um emprego nesses ambientes, ainda podem ter uma má remuneração, inclusive comparando com colegas brancos que realizam as mesmas atividades.

Nesse cenário, observamos o aumento do interesse desse público pelo empreendedorismo, pois este passa a ser visto como uma oportunidade de ingresso ao mercado de trabalho; de criação de um negócio que preserve sua cultura e identidade; de empoderamento econômico; dentre outros. Entretanto, ao abrir um negócio esse empreendedor enfrenta diversos desafios. Dentre esses, um dos principais está relacionado à gestão financeira do negócio, a qual lhe demanda educação financeira. A ausência dessa educação pode implicar na falta de investimento, o qual, por sua vez, dificulta a manutenção e crescimento do negócio e em alguns casos compromete a sua sustentabilidade.



RELISE

Diante das persistentes disparidades raciais, o acesso equitativo à educação financeira de qualidade é dificultado, devido à falta de recursos adequados e ao enfrentamento de preconceitos e discriminações. Preocupados com essa situação, pesquisas acadêmico-científicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de analisar e encontrar alternativas capazes de reduzir essas diferenças e propiciar um ecossistema mais equânime. Nesse sentido, Purificação (2022) realizou uma dissertação de mestrado intitulada “Educação financeira numa perspectiva antirracista: interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra”, objetivando “pensar uma educação financeira que seja um possível conjunto de soluções para contribuir na discussão da problemática da desigualdade econômica” (p.23).

No trabalho citado, a autora investiga “os movimentos de organização financeira realizados pelos moradores do bairro Nordeste de Amaralina, Salvador - Bahia” (p.23) e demonstra que pelos estudos realizados, as propostas de educação financeira “podem e devem ser interpeladas pelos conhecimentos que essas pessoas periféricas já possuem, adquiridos, por vezes, diante dos cenários de resistência” (p.145). Um ano depois, Fogós (2023) apresentou a dissertação de mestrado sobre “Os potenciais efeitos das *fintechs* na promoção da cidadania financeira dos negros no Brasil”, a fim de identificar “se as *fintechs* são capazes de promover a cidadania financeira dos negros no Brasil” (p.7). O autor destaca que a cidadania financeira ocorre por meio de proteção do consumidor de serviços financeiros; participação no diálogo sobre o sistema financeiro; inclusão, e; educação financeira. Fogós ainda defende que as *fintechs*, por terem uma estrutura mais dinâmica e colaborativa, possuem um grande potencial para promover cursos e compartilhar conteúdos financeiros para a população negra.



RELISE

179

Posto isso, o estudo apresentado neste artigo teve como objetivo compreender o acesso à educação financeira por empreendedoras/es negras/os baianas/os, buscando identificar a relação entre educação financeira e a sustentabilidade desses pequenos negócios.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Em 2004, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu que a educação financeira sempre foi importante para os consumidores, pois os ajudava na realização de orçamentos, gestão de contas, investimento e ainda, fornecia informações importantes para evitar que esses fossem vítimas de fraudes. Ao longo dos anos, foi possível observar um aumento da relevância do tema devido ao desenvolvimento dos mercados financeiros, alterações demográficas, econômicas e políticas, e, especialmente, à crise econômica mundial de 2008.

No Brasil, a publicação do Decreto nº 7.397, de 22 dezembro de 2010 formalizou, como política de Estado, de carácter permanente, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), tendo com um dos objetivos estimular que ações relacionadas ao tema fossem compartilhadas entre órgãos e setores públicos e da sociedade, de maneira íntegra e ampla, englobando os âmbitos municipal, estadual e federal. Como sinalizado no site do Banco Central do Brasil, a Enef tem a finalidade de atuar na promoção da educação financeira e previdenciária; no aumento da capacidade do cidadão para escolher conscientemente como administrar seus recursos financeiros, e; na contribuição “para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização”. Em síntese, a Enef reúne um conjunto de ações gratuitas, a serem desenvolvidas por instituições públicas ou privadas, sem carácter comercial e obrigatoriamente sem vínculo com produtos ou serviços



RELISE

financeiros, as quais consolidam o seu Plano Diretor formalizado por meio da deliberação nº 2, de 05 de maio de 2011.

Para coordenar a execução da Enef foi institucionalizado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), o qual ficou responsável por definir os planos de ação, programas a serem desenvolvidos e ações ofertadas. No momento da sua criação a estrutura do comitê foi composta por: órgãos reguladores do mercado financeiro, Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Fazenda (MF) e representantes da sociedade civil, renovados a cada três anos. O Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), presidido permanentemente pelo MEC, foi criado para realizar a assessoria do CONEF sendo encarregado de “apreciar, revisar e validar conteúdos e metodologias pedagógicas, relacionados à educação financeira”, conforme consta em notícia divulgada no portal do MEC, em 25 de fevereiro de 2016.

Com o objetivo de avaliar o impacto da adoção dos materiais didáticos produzidos no âmbito da Enef, entre 2011 e 2012 foi realizado um projeto piloto, o qual envolveu 900 escolas públicas da rede estadual de ensino médio localizadas no Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal. O projeto foi continuado em 2015, envolvendo escolas públicas do ensino fundamental pertencentes a rede municipal de ensino de Joinville (SC) e Manaus. Nos dois períodos, os resultados alcançados foram considerados positivos e além de oportunizar a formação em educação financeira para os estudantes, dentre as ações do projeto, destacou-se a formação dos professores (Figura 1) pela Associação de Educação Financeira (AEF) do Brasil.

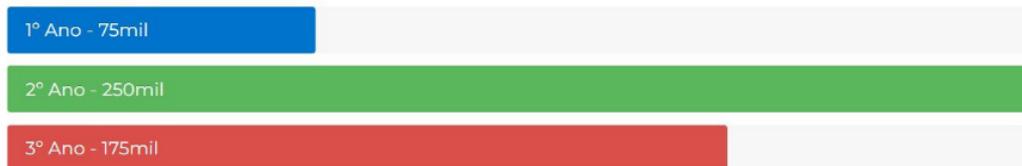
A formação dos docentes faz parte do Programa Educação Financeira na Escola resultante de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Educação (MEC). Ressalta-se ainda que, dentre os resultados a serem alcançados nesse



RELISE

programa estão a formação de 500 mil professores em 3 anos (pelas informações divulgadas não se sabe qual seria o ano limite para esse alcance) e a capacitação de 25 milhões de alunos da rede básica (pública e privada).

Figura 1: Quantitativo de Professores formados em Educação Financeira pela AEF - Brasil



Fonte: Educação Financeira na Escola (<https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/o-que-e-o-programa-educacao-financeira-nas-escolas-2/>)

Ainda sobre a formação básica, em 13 de março de 2012, na Câmara dos Deputados, foi apresentado o Projeto de Lei n. 3421/2012, solicitando a “alteração das Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio, a educação financeira”. Além desse projeto, outros foram ou estão tramitando em âmbito nacional com o mesmo tema. Entretanto, destaca-se que a Educação Financeira foi, finalmente, incorporada no texto Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na versão aprovada em 15 de dezembro de 2017. Nesse texto, o termo aparece como um assunto a ser contemplado em habilidade dos “componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada”. Especificamente o texto diz:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing [BRASIL, 2017, p.267].



RELISE

Em relação à matemática algumas habilidades relacionadas à educação financeira são destacadas dentro do ciclo de formação básica do estudante, conforme indicado na Quadro 1:

Quadro 1: Habilidades de Educação Financeira a serem desenvolvidas por ano da educação básica

ANO	HABILIDADES
5º Ano do Fundamental	Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros.
6º Ano do Fundamental	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros.
7º Ano do Fundamental	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira , entre outros.
9º Ano do Fundamental	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira .

Fonte: adaptado de BRASIL, 2017.

Em 2018, foi publicado como parte da série “Temas Contemporâneos Transversais Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” o Caderno de Economia com enfoque na Educação Financeira, Educação Fiscal e Trabalho. Em 2020, o Presidente da República publicou o Decreto nº 10.393, de 2020, instituindo a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF constituído por representantes do Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência de Seguros Privados, Secretarias do governo (Fazenda, Previdência e Trabalho, Consumidor e Ministério da Educação. Essa configuração que, em suas atribuições, substitui o Conef, além de outras atribuições, passa a ser responsável por implementar e estabelecer os princípios da Enef. E em 2022 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), reconhecida como reguladora do mercado de capitais brasileiro, divulgou, na Portaria CVM/PTE/Nº 91, de 6 de



RELISE

Julho de 2022, a sua Política de Educação Financeira, na qual foram indicados princípios e diretrizes para a atuação educacional no país. O objetivo da política é apoiar a formação de um público investidor que esteja apto a tomar decisões financeiras de forma consciente e bem fundamentada.

Apesar das mudanças publicadas no decreto de 2020, nota-se que as ações de educação financeira continuaram sendo desenvolvidas em âmbito nacional, vinculadas à Enef. Dentre essas ações, cita-se a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) que ocorre desde 2014 e esse ano completa a sua 11ª edição, tendo como tema central a Proteção Financeira. A manutenção da Enef, mesmo que com novos direcionamentos devido às alterações de governo, demonstra o reconhecimento da importância do tema, por parte dos governantes e a preocupação com questões relacionadas a práticas de segurança para investidores, conscientização financeira, resiliência financeira, dentre outros assuntos relacionados. Por outro lado, mesmo considerando essas iniciativas, comparando o Brasil com outros países, como por exemplo Estados Unidos e Reino Unido, ainda podemos dizer que a educação financeira no país se encontra em estágio de desenvolvimento desigual. Em 2007, SAVOIA apontava que:

No primeiro, o tema é adotado obrigatoriamente na grade de ensino de alguns estados, 72% dos bancos promovem programas de educação financeira, além de diversas organizações engajadas nesse processo. No Reino Unido, embora seja facultativa, há um forte envolvimento dos atores do processo, inclusive com a criação de um fundo, com o intuito de estimular a cultura de poupança. A explicação para essas diferenças entre o Brasil e os países citados está na compreensão de fatores históricos, culturais, bem como da responsabilidade das instituições no processo de educação financeira (p.1137)

Em 2021 o Portal G1 (2019) sinaliza que na Pesquisa Global de Educação Financeira promovida pela Standard & Poor's, o Brasil ocupava a 74ª colocação do *ranking* com 140 países no índice de educação financeira, estando atrás inclusive de países considerados pobres. Uma das causas do País estar nessa posição consiste na ausência de poucas iniciativas de educação



RELISE

financeira que dialoguem com as realidades das classes mais populares do país, e ainda sejam concebidos a partir de uma posição antirracista, tendo em vista que há motivos estruturais da sociedade, como já citado neste trabalho, para o surgimento do empreendedorismo negro, e ainda, maiores dificuldades de acesso aos recursos necessários à manutenção do empreendimento, limitações no que se refere à rede de contatos, bem como no que diz respeito ao problema estrutural de discriminação racial (Nunes, 2023). Diante dessa problemática, o potencial de crescimento desses empreendimentos segue prejudicado, especialmente por conta do grupo racial e perfil de pequenos negócios.

REALIDADE DA/DO EMPREENDEDORA/OR NEGRA/O NO BRASIL

Iniciar um empreendimento já é uma decisão desafiadora para muitas pessoas, mas para os empreendedores negros, essa jornada se torna ainda mais árdua. A pesquisa “Coisa de Preto: um estudo sobre a real jornada dos afroempreendedores brasileiros” realizada pela Box1824 e Google (2022) constata que “existem barreiras estruturantes ao longo da jornada que dificultam - ou até mesmo impedem - o crescimento de negócios negros” (p.10). A falta de oportunidades de carreira estável no mercado de trabalho, juntamente com a pressão de sustentar suas famílias por meio do sucesso do negócio, compõem um cenário complexo. Antes de embarcarem no empreendedorismo, os negros eram predominantemente relegados a posições de menor destaque no mercado de trabalho. Surpreendentemente, nenhum deles ocupava cargos de diretoria e apenas 4% desempenhavam funções gerenciais. Nesse contexto, as situações de racismo ou discriminação no ambiente de trabalho influenciaram parte dos entrevistados na decisão de começar a empreender, tendo 51% deles apontado que “foram totalmente decisivas” e 41% que “foram importantes, mas não foram decisivas”.



RELISE

Além disso, embora empreender ofereça uma forma de autonomia, os empreendedores negros continuam sujeitos a enfrentar o racismo e a discriminação sistêmica, como um peso adicional às suas lutas. A pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas” realizada pelo Instituto Ethos (2016) destaca que as desigualdades raciais e de gênero são componentes fundamentais da estrutura da desigualdade social no Brasil conforme observado ao longo do tempo por diversos intelectuais e pesquisadores negros. Essas desigualdades estão enraizadas na reprodução de situações de pobreza e exclusão social, afetando especialmente a população negra no que diz respeito ao desenvolvimento e fortalecimento de pequenos negócios e iniciativas.

Contrapondo essa realidade, Santos (2019) introduz a relevância do afroempreendedorismo como um posicionamento político e afirma que quando uma pessoa negra decide empreender, isso representa uma ação contrária ao colonialismo; o que a autora chama de movimento de decolonialidade do empreendedorismo:

(...)subvertendo as antigas dinâmicas e rompendo com as velhas estruturas, porque o negro marcado pela sujeição, coisificação e invisibilizado, passa, por suas próprias mãos, a tecer uma nova trama socioeconômica e cultural. O negro deixa de ser assenhorado e passa a ser senhor de si; deixa de ser empregado e passa a ser empregador. Subverte-se a lógica colonial. Subverte-se o empreendedorismo e mostra-se que negros também podem e devem empreender e que este movimento não pode advir apenas de acordos entre senhor/escravizado, como ocorreria no período colonial [SANTOS, 2019, p.55]

Mas para que esse movimento realmente aconteça a autora acredita que seja “necessária uma revolução interna, quase psíquica, do ser negro, que se liberta do peso ideológico que a discriminação racial impõe” (p.56).

Entretanto, no contexto atual, empreender não livra pessoas negras de situações de racismo e discriminação, como apontam Rosa *et. al.* (2022). Os autores descrevem que mesmo com o crescimento do afroempreendedorismo,



RELISE

que atualmente ultrapassa as fronteiras da subsistência por intermédio da busca por aperfeiçoar habilidades e competências relacionadas à atitude empreendedora, os afrodescendentes enfrentam preconceitos em diferentes locais ao apostarem na criação, abertura e administração de seus próprios negócios. Ao avaliarem se a adoção de características do comportamento empreendedor está relacionada à renda do empreendedor não branco, os autores apontaram que as práticas adotadas nesses comportamentos não conseguem atenuar plenamente o efeito do preconceito por etnia:

No entanto, nenhum desses comportamentos ou mesmo a experiência são capazes de dirimir ou mitigar os efeitos nefastos do preconceito étnico e racial, arraigado na sociedade, e capaz de condenar o empreendedor, antes mesmo do início de suas atividades, a ter uma renda inferior aos empreendedores brancos. Portanto, este estudo revela o quanto o preconceito racial impregna a sociedade brasileira, no efeito caracterizado por Almeida (2020) como racismo estrutural, sobretudo na população de raiz africana do gênero feminino, que busca no empreendedorismo por necessidade um caminho alternativo para as mazelas socialmente estruturadas. [p.11]

Aguiar (2022) desenvolveu um levantamento das principais barreiras para mulheres negras empreendedoras. Do ponto de vista econômico/financeiro, tal estudo revela que estas mulheres possuem menos opções financeiras e maior dificuldade em obter recursos necessários quando comparadas a empreendedoras brancas, enfrentando dificuldades para obter crédito no mercado e sendo frequentemente obrigadas a usar recursos pessoais para financiar seus negócios.

Em paralelo ao recorte racial, a pesquisa “Coisa de Preto” também destaca um desafio enfrentado por empreendedores negros, sugerindo que a falta de conhecimento técnico específico (ou conhecimento de gestão de



RELISE

negócios) pode levar a decisões emocionais que prejudicam a saúde financeira de seus negócios:

Depois de ter se arriscado e seguir adiante no plano de ter o próprio negócio, as contas não param de chegar. Além disso, a insegurança em navegar em águas completamente desconhecidas prevalece: será que vai vender? E se vender, dá para lucrar e pagar as contas de forma saudável? Afinal, será que eu sei ser gestor(a) de negócios? [GOOGLE e BOX1824, 2022, p.16].

Essa observação ressalta a importância do conhecimento, do repertório e da formação continuada para o sucesso empresarial. O texto sugere que investir em educação e desenvolvimento profissional pode ser fundamental para melhorar as perspectivas e o desempenho dos empreendedores negros. Já que uma das principais dores enfrentadas por esse público é que eles “aprendem na marra” a ser empreendedor, conhecimentos principalmente sobre gestão financeira de negócio permanece no campo do desconhecido, como pode ser visto no depoimento de um dos entrevistados pela pesquisa:

Você começa a confundir o seu dinheiro com o dinheiro do seu negócio, que é onde a gente se perde muito se não tiver controle do que entrou de lucro, do que pode colocar como investimento... E aí você precisa usar o dinheiro do negócio para a sua vida pessoal. Se, por exemplo, você quer ter um maior volume de produção, você acaba perdendo porque teve que gastar com dívida pessoal. [Homem negro, 44 anos, cervejeiro, São Paulo (SP); apud. GOOGLE e BOX1824, 2022, p.18].

Lidar com os desafios financeiros e encontrar os recursos e instrumentos necessários para superá-los é uma tarefa extremamente difícil para estes empreendedores. Para iniciar a transformação, na perspectiva deste estudo, é fundamental oferecer conteúdo e programas educacionais que estejam alinhados com a realidade do empreendedor negro. Isso inclui fornecer informações e recursos específicos voltados para a otimização dos recursos já presentes na rotina desses empreendedores. Além disso, é importante pensar em programas de educação financeira que tenham uma abordagem próxima à realidade e à rotina enfrentada pelos afroempreendedores. Essa comunicação



RELISE

próxima pode ajudar a tornar os conceitos financeiros mais acessíveis e relevantes para eles, contribuindo para o fortalecimento da base financeira de seus negócios e, conseqüentemente, para o seu sucesso a longo prazo.

Purificação (2022) acredita que a educação financeira para esse público deve considerar todas as barreiras sociais (e raciais) que enfrentam em sua jornada de vida, e não apenas no empreendedorismo, sendo uma “proposta na contramão dessa que individualiza as responsabilidades econômicas” (p.45). Para a autora, o que é ofertado no mercado sugere perspectivas neoliberais de educação financeira, podendo ser compreendidas como “projetos hegemônicos de poder que reforçam as desigualdades raciais que se relacionam diretamente com os contrastes da distribuição de renda” (p.45).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O enfoque metodológico do estudo realizado organizou-se na modalidade empírica, com base na abordagem quali-quantitativa de Minayo *et al* (2000), de maneira que a metodologia da pesquisa de campo e de revisão de literatura foram articuladas com o instrumento de coleta de dados, questionário. A pesquisa aconteceu entre os anos de 2023 e 2024, com o objetivo principal de compreender o acesso à educação financeira por empreendedoras/es negras/os baianas/os, buscando identificar a relação entre educação financeira e a sustentabilidade desses pequenos negócios, partindo da problemática, constituída no seguinte questionamento: A ausência de educação financeira pode impactar na sustentabilidade dos negócios de empreendedoras/es negras/os?

Para responder a esse questionamento e atingir o objetivo principal do estudo, trilhamos os seguintes objetivos específicos: Conhecer as estratégias de educação financeira eleitas pelo governo federal; investigar a percepção de empreendedoras/os negras/os a respeito de sua educação financeira, para



RELISE

evidenciar os possíveis motivos que empreendedoras/es negras/os apresentam dificuldades de realizar investimentos financeiros. Assim, defendemos ao longo da pesquisa, a hipótese de que a Educação Financeira pode impactar na sustentabilidade dos negócios de empreendedoras/es negras/os, tendo em vista os motivos por necessidade, de maneira geral, como esse público se insere no empreendedorismo, e ainda, pelas lacunas, barreiras e dificuldades que enfrenta para se manter.

Importante explicar que a escolha do estudo no território baiano, justifica-se pelo fato de ser o maior território negro (IBGE, 2022), fora do continente africano, além disso, o projeto de pesquisa é resultado de parcerias com duas instituições de ensino, pesquisa e extensão, da Bahia: Universidade Federal da Bahia – UFBA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, envolvendo, no caso dessa última, *campi* de diversas cidades do território baiano, para além da capital Salvador.

Optou-se por trabalhar com as estratégias de educação financeira elaboradas pelo governo federal, por entendermos que essa é uma instância que efetiva políticas que devem ser executadas pelos estados, a não ser nos casos facultativos que envolve a autonomia das gerências dessas esferas, entretanto, a educação financeira faz parte das políticas públicas que devem ser implementadas e materializadas nos diversos espaços institucionais no âmbito nacional.

Todo o estudo foi alicerçado nas questões éticas e pesquisa passou pela avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, obtendo aprovação sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE: 69719523.0.0000.503.

A primeira etapa da pesquisa aconteceu com a revisão de literatura, em que foram selecionados os textos, que fundamentaram a pesquisa e a construção deste trabalho. Na sequência, com a pesquisa de campo, com a



RELISE

finalidade de viabilizar a coleta de dados necessária para o alcance dos objetivos citados.

Coleta de dados

Foram aplicados questionários às/aos participantes de algumas regiões dos territórios geopolíticos da Bahia, abrangendo 24 municípios, incluindo, a capital do estado, Salvador. A metodologia de aplicação foi no formato híbrido, mas com predominância do formato presencial, considerando a disponibilidade dos participantes. Na Figura 2, podemos visualizar melhor as cidades e seus territórios, que foram *lôcus* da pesquisa.

Figura 2: Mapeamento das cidades de atuação das empresas dos Empreendedora/es participantes



Fonte: Própria

A pesquisa de campo foi realizada em duas fases, na primeira participaram 54 empreendedores e na segunda 59, sendo que nessa fase foram separados os Microempreendedores individuais (22) e o público de *pequenos escritórios* (37).

Nas duas fases foram aplicados questionários on-line, abordando temas relacionados à Educação Financeira das/dos participantes, assim como de seus respectivos empreendimentos. Os questionários elaborados no *google docs*



RELISE

(<https://forms.gle/ZP5sBi36ofEiiMN27>) possuíam 40 questões de diferentes estilos (múltipla escolha, caixa de seleção, resposta curta, lista suspensa, dentre outras). As questões foram agrupadas por assunto, da seguinte forma: 1. Informações pessoais; 2. Informações da atuação; 3. Finanças e inovação; 4. Educação Financeira e em algumas delas utilizou-se a escala Likert. Neste artigo, por conta do seu escopo, não foram apresentados os resultados da análise dos dados da seção Finanças e Inovação, eixo esse que será explorado em outro artigo. Destaca-se ainda que, os questionários, apesar de estarem disponíveis on-line foram também aplicados presencialmente, sobretudo, porque algumas empreendedoras/es tinham dificuldade de acesso à Internet, por ausência de conexão ou de dispositivo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A princípio, os dados coletados revelam que o público estudado atua em uma ampla variedade de setores e áreas de negócios (Figura 3). O comércio atacadista e varejista aparece com 18,6%, demonstrando relevância desse setor na amostra da pesquisa e refletindo a vitalidade do comércio como um motor significativo da economia. Como grande parte dessas/es empreendedoras/es não tiveram a oportunidade de frequentar a escola e/ou concluir seus estudos esse ramo de atuação parece ser mais atrativo, já que para ser comerciante não é exigida a conclusão do ciclo de escolaridade básica ou superior nacional.

Empresas que atuam no setor de Informação e Comunicação destacam-se com 5,1% e as do setor de TI reúnem 3,4% dos entrevistados. Esses empreendimentos juntos, somando 8,5% já indicam o início de um aumento na oferta de atividades que são impulsionadas pela Internet, especialmente porque a sociedade contemporânea está demandando produtos e serviços digitais direcionados à disseminação da informação e comunicação. O que mais chama a atenção é que a maioria (33,9%) dos negócios, ver Figura 3, não está

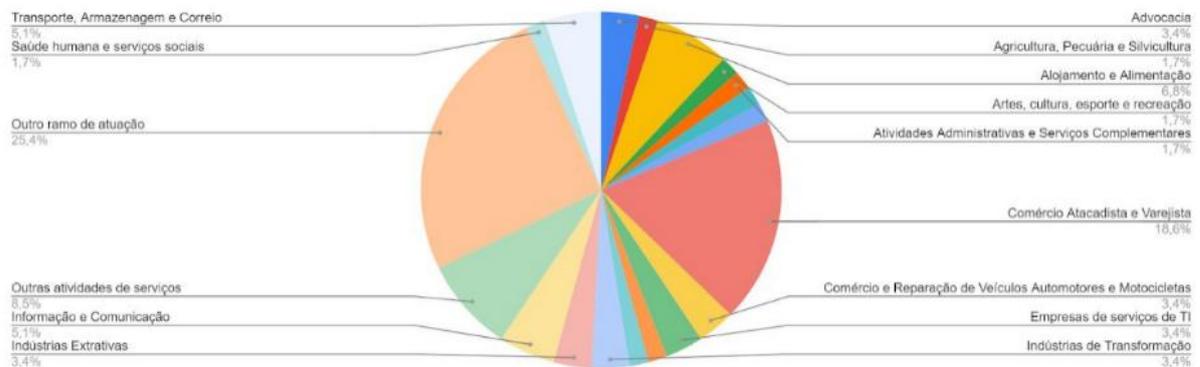


RELISE

192

localizado nos setores e áreas mais convencionais de atuação. Acreditamos que isso se deve à busca do/da empreendedor/a negra/os pela criação de negócios inovadores, que possibilitem a preservação da sua cultura e identidade e por isso sejam mais competitivos. Essas conclusões se fortalecem ao constatar que 31,9% dos empreendedores negros atuam no setor informal, sendo importante destacar que muitos desses negócios funcionam como pequenos escritórios..

Figura 3: Qual o ramo de atuação da sua empresa?



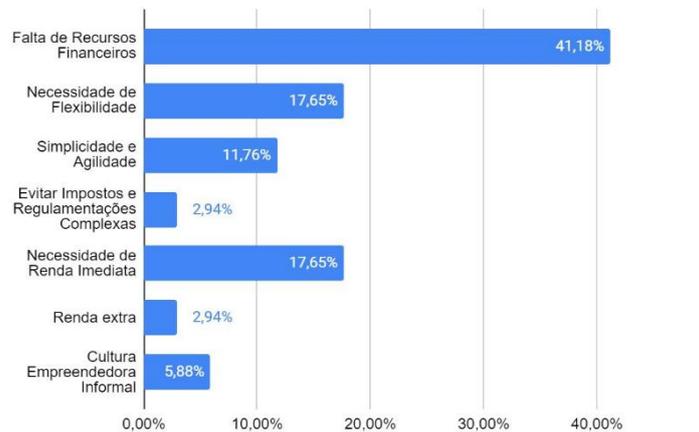
Fonte: Própria

A informalidade não é necessariamente uma escolha, mas, muitas vezes, é a única forma de eles terem um negócio e gerar renda (Figura 4). Diversos fatores influenciam a essa escolha como a falta de recursos financeiros, a busca por simplicidade e agilidade, a incompreensão das obrigações legais e regulamentares, a concorrência informal, a necessidade de evitar impostos e regulamentações complexas, a presença de uma cultura empreendedora informal, a busca por flexibilidade e por renda imediata. Parte desses fatores, inclusive, foram sinalizados na pesquisa “Coisas de Preto” [Box1824 e Google, 2022].



RELISE

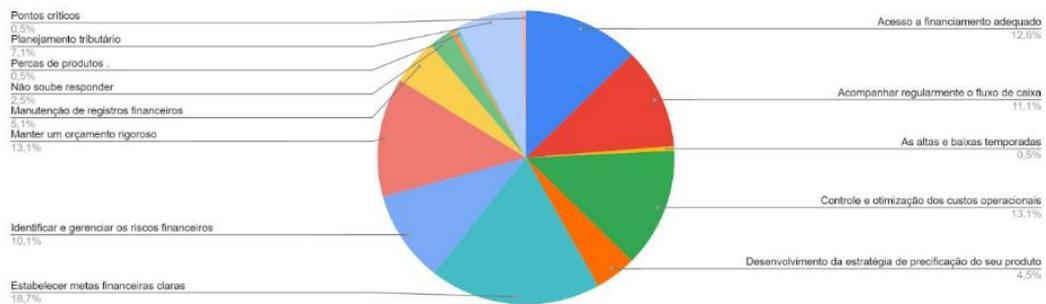
Figura 4: Por que atua no mercado informal?



Fonte: Própria

Comparável a esses dados, aproximadamente 68,1% dos empreendedores negros pesquisados atuam no mercado formal, o que se destaca em termos de participação no setor. Esse cenário destaca a resiliência e a capacidade destes empresários para superar desafios e procurar oportunidades no setor formal, apesar dos obstáculos já mencionados.

Figura 5: Ao planejar as finanças do seu negócio, o que você considera mais crítico?



Fonte própria

Na segunda fase da pesquisa perguntamos qual aspecto o participante considera ser mais crítico ao planejar as finanças do seu negócio (Figura 5). A análise dos resultados da pesquisa demonstra alguns aspectos importantes sobre a gestão financeira de negócios, aliados às preocupações dos respondentes. Dentre esses destacamos aqueles que tem relação direta com a relação de educação financeira do empreendedor. Assim, temos, 25,7%



RELISE

destacaram o planejamento financeiro como uma área que necessita de atenção, e isto nos mostra uma necessidade de estratégias eficazes a serem aplicadas. Para 34,3% dos entrevistados, eles identificaram o estabelecimento de métodos financeiros como sendo uma questão crítica. Logo, este resultado indica uma demanda por abordagens mais sólidas quanto à estruturação e organização das finanças empresariais.

Além disso, também 34,3% mencionaram a importância de monitorar regularmente o fluxo de caixa, destacando a necessidade de uma gestão ativa das receitas e das despesas. Destaca-se também que 37,1% dos participantes enfatizaram sobre a relevância em manter um relacionamento rigoroso com suas finanças. Diante disso, aponta-se para as práticas disciplinadas na administração financeira, e assim, indicando a necessidade de controles mais rígidos e processos de tomada de decisão bem mais informados.

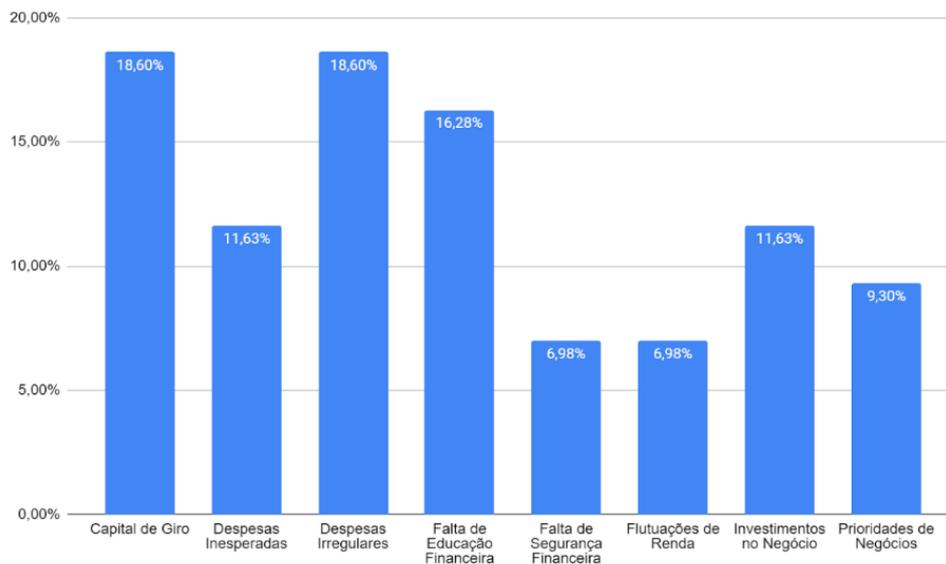
Quanto à gestão de riscos é vista como sendo uma área de atenção, com 17,1% dos respondentes o que destaca ser crucial saber lidar proativamente com as incertezas. Isso aponta a necessidade de ter estratégias sólidas, a fim de identificar, avaliar e mitigar riscos operacionais e financeiros. 31,4% dos participantes pontuam acreditar ser importante o desenvolvimento de estratégias e 20% destacam a importância da realização de planejamento tributário. Com base nesses dados percebemos a necessidade de uma abordagem holística que integre a visão estratégica com considerações tributárias para otimizar o desempenho financeiro. E então, a manutenção de registros financeiros com 2,9% e a gestão de perdas em produtos, retornos não esperados e flutuações sazonais também com 2,9%. Nessa perspectiva os resultados da pesquisa demarcam várias áreas para o aprimoramento quanto à gestão financeira de negócios, e assim, oferecendo oportunidades para desenvolver estratégias mais robustas e abordagens mais eficazes para enfrentar os desafios específicos, que foram identificados pelos respondentes.



RELISE

Ainda pensando na sustentabilidade financeira dos negócios solicitamos que os participantes classificassem (de acordo com uma escala de 1 a 5, que parte de muito fácil até muito difícil) as dificuldades relacionadas ao ato de poupar dinheiro de forma educada para as finanças. Como dificuldades foram elencadas: flutuação de renda; despesas irregulares, capital de giro, investimento no negócio, prioridade de negócios, falta de segurança financeira, despesas inesperadas e falta de educação financeira. Nessa classificação, os entrevistados destacaram como principais dificuldades o capital de giro e as despesas irregulares. Em seguida, citaram a educação financeira (Figura 6).

Figura 6: Quais são as dificuldades em poupar dinheiro de forma disciplinada?



Fonte própria

A fim de compreender como esses empreendedoras/es se reconhecem perguntamos o entendimento deles sobre o termo afroempreendedorismo (Figura 7). 59,3% e 24,1%, respectivamente, informaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o conceito. Apenas 16,7% afirmaram ter muito conhecimento. Desses últimos, 85,7% consideram que o afroempreendedorismo visa primariamente promover a inclusão social e econômica de indivíduos

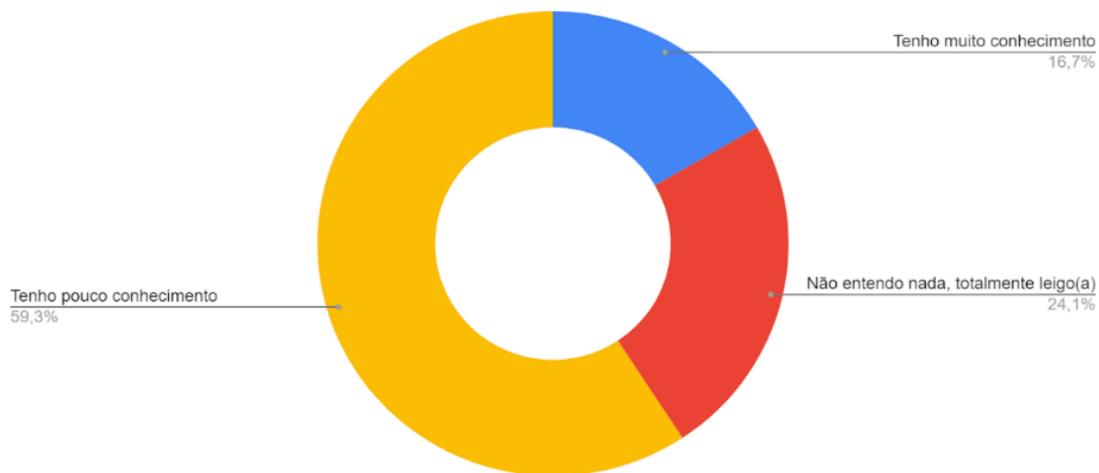


RELISE

196

negros. 68,6% sinalizaram que o afroempreendedorismo é um meio eficaz para fortalecer a comunidade negra e 5,7% destacaram que essa abordagem empreendedora pode ser aplicada em qualquer ramo de atividade.

Figura 7: Qual o seu entendimento sobre Afro-empreendedorismo?



Fonte: própria

Então foi questionado qual o nível de experiência das/os empreendedoras/es em educação financeira. A partir dos dados coletados foi possível comprovar o pouco conhecimento sobre esse assunto, já que 66,67% consideram seu nível como iniciante, 31,48% intermediário e apenas 1,85% avançado. Esse resultado pode ser justificado ao observar que 75,9% dos participantes informaram nunca terem realizado um curso de educação financeira. Dos que informaram já ter realizado, 5,7% informaram já ter concluído três cursos, enquanto 11,4% mencionaram ter participado de cinco cursos nesta área.

O baixo número de participantes que já realizaram formação em educação financeira, de certa forma, justifica porque apenas 18 participantes afirmaram estarem confiantes com o planejamento financeiro do seu negócio; apenas 14, dos entrevistados na primeira fase, informaram já possuir um plano de negócio, e; apenas 2 participantes (Figura 8) consideram ter excelente

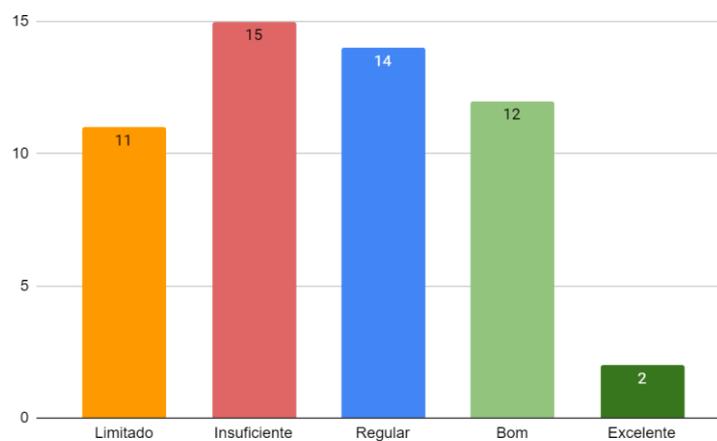


RELISE

197

conhecimento sobre indicadores financeiros, como Retorno sobre Investimento (ROI) e margem de lucro. Apesar desse cenário, 70,37% dos entrevistados informaram não ter um contador ou consultor financeiro para auxiliá-lo em questões financeiras.

Figura 8: Como você avalia a sua compreensão sobre indicadores financeiros, como ROI (Retorno sobre Investimento) e margem de lucro?



Fonte: própria

Apesar do pouco conhecimento, 83,3% dos entrevistados donos de pequenos escritórios concordam totalmente que a educação financeira é fundamental para o sucesso de um empreendedor, 9,3% concordam parcialmente e 7,4% não evidenciaram a sua posição em relação a essa questão.

Ao perguntar como as instituições financeiras poderiam estimular/facilitar a poupança de dinheiro da sua empresa foram revelados outros dados importantes para a pesquisa. Como essa questão foi aberta várias proposições foram sinalizadas, mas nos interessa aqui aquelas que estão relacionadas à educação financeira. Das propostas, 18 citam diretamente a educação financeira, por meio da oferta de cursos, eventos e programas de formação; incentivo financeiro para aqueles que participarem de iniciativas de formação; disponibilização de recursos educacionais, como jogos ou



RELISE

ferramentas de orientação financeira, e; fomento de educação financeira na escola básica, incluindo aqui o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esse fim. Com base nessas sugestões, observa-se o desconhecimento dos empreendedores em relação às ações governamentais já existentes, assim como evidencia pouca divulgação, por parte do governo e empresas privadas, dos cursos e conteúdos já disponíveis na internet e a provável não implementação da educação financeira nas escolas de educação básica, como já recomendado pelo MEC.

Proposições após análise dos dados

Diante do que os dados revelaram, observamos que o estado da Bahia além de precisar investir mais em ações gratuitas de educação financeira, necessita desenvolver um conjunto de ações especializado para as demandas dos afroempreendedores, a fim de garantir a equidade da formação desses indivíduos, contribuindo com a sustentabilidade dos seus negócios. Para isso, é importante manter um diálogo com as comunidades, considerando os conhecimentos que as pessoas periféricas já possuem, adquiridos, por vezes, diante dos seus cenários de resistência, como argumentado por Purificação (2022).

Outra questão relevante é reconhecer que para se ter um maior alcance das proposições de educação financeira no Estado, o governo precisa contar com parcerias privadas, como já acontece em outros países. Nesse sentido, como argumenta Fogós (2023), as *fintechs* podem ser um grande aliado, na medida em que, são organizações que possuem estrutura mais dinâmica e colaborativa. É importante observar ainda que a formação em educação financeira demanda de conhecimentos interdisciplinares, já que envolvem o estudo de conceitos de economia, finanças e reflexões a respeito de dimensões



RELISE

culturais, sociais, políticas e psicológicas direcionadas para questões relacionadas ao consumo, trabalho e dinheiro [BRASIL, 2007].

Ademais, após a pesquisa de campo e revisão de literatura, podemos afirmar que como um número expressivo desses empreendedores possui baixa escolaridade é importante que as formações alcancem o público infantil e adultos de diferentes níveis educacionais. Sendo assim, acreditamos que ações de educação financeira devem minimamente garantir uma formação integral humana e omnilateral (Ramos, 2008), com a espera de resultados que promovam precipuamente, a equidade nas relações sociais de trabalho, e a promoção de negócios que visem a permanência e formação qualificada e continuada dessas/es empreendedoras/es, para que possam desfrutar de condições do viver, acolhedoras e inclusivas, principiadas, com a dignidade humana, pelo enfrentamento das produções e reproduções de desigualdades. Nesse sentido, propomos:

Distribuição de conteúdos educacionais que adotem linguagens e formatos de apresentação e disponibilização diversificados, indicados para público infantil e adulto, como por exemplo: cartilhas impressas e digitais, *podcasts*, videoaulas, apostilas, *e-books*, dentre outros;

Criação de um portal de educação financeira por iniciativa do governo federal, seguindo o exemplo da página do programa Educação Financeira na Escola, citado anteriormente, para reunir conteúdos, tecnologias educacionais e iniciativas desenvolvidas por parceiros;

Manutenção de fórum virtual para a promoção de escutas e diálogo com as comunidades periféricas, a fim de realizar a atualização das ações oferecidas para esse público de forma participativa;

Oferta de incentivos às escolas públicas que implementarem educação financeira em seus currículos e, em paralelo, acompanhamento e monitoramento dessa oferta pelo MEC;



RELISE

200

Ampliação dos cursos de formação para professoras/es da educação básica;

Publicação de editais, por órgãos de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, para incentivar o desenvolvimento de tecnologias educacionais (jogos e aplicativos de assistência financeira, por exemplo) por instituições de ensino e *startups*;

Programa de incentivo para que *fintechs* desenvolvam ações gratuitas de educação financeira;

Construção e promoção de ações pautadas no empreendedorismo antirracista e emancipatório, articuladas aos ODS, por meio de formações, qualificações e investimentos institucionais e de pessoal, de maneira que não se aborde apenas as consequências do racismo, mas também trate as origens estruturais, suas diversas formas de atuação e de enfrentamento diário. Essa ação de apropriação de letramento racial antirracista (que consiste em nossa abordagem aqui, conhecer as origens e causas do racismo, suas intersecções com outros marcadores sociais, e assim, mobilizar ações para enfrentamento desta e outras discriminações e violências), visa a inclusão e a diversidade no meio empresarial, com foco em muito mais que abrir uma empresa/negócio, o comprometimento com a transformação e justiça social, com oportunidades para a população negra ter seus negócios com sucesso e sustentabilidade, social e ambiental, visando impactos e construção de ecossistemas que potencializem a efetivação de empreendimentos antirracistas e inovadores, o que traz benefícios diversos para toda sociedade. Assim como também preconizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ODS-ONU (2015), especialmente os objetivos 8, 10, 16 e 18.



RELISE

201

CONCLUSÕES

Ao finalizar este estudo que teve como objetivo principal compreender o acesso à educação financeira por empreendedoras/es negras/os baianas/os, buscando identificar a relação entre educação financeira e a sustentabilidade de pequenos negócios, podemos inferir, diante dos dados levantados e análises realizadas, que a diversidade de ramos de atuação dos empreendedores que participaram desta pesquisa, vão ao encontro do que foi constatado em nosso levantamento teórico sobre a temática da Educação Financeira, em que percebemos que o empreendedor está em constante busca pelo seu crescimento profissional, seguindo carreiras que, em muitas situações, não possuem chefes, tendo que gerir os próprios negócios, em muitas das vezes, em carreira solo. E ainda, em meio a diversas barreiras e dificuldades para conseguir o seu desenvolvimento devido aos diversos obstáculos, entre eles, o preconceito e discriminação racial.

Por outro lado, essa diversidade de modelos de negócios bem-sucedidos destaca a complexidade do cenário empresarial negro e sublinha a importância de realizar uma análise abrangente para compreender a amplitude e complexidade do sucesso empresarial no contexto dessa população, mesmo diante das barreiras e adversidades que ela enfrenta. Nesse sentido, o estudo que foi realizado com foco em pequenos negócios, como os pequenos escritórios e MEI, no estado da Bahia, com recorte racial, em relação à população negra, traz uma amostra importante para compreender os impactos das questões de desigualdades, que ao tempo que obriga essa população, ou seja, por necessidade, diante do que as estruturas coloniais hegemônicas causam, historicamente, a inserção no empreendedorismo, especialmente os pequenos negócios, possibilita também conhecer o potencial e realidade da atuação e produção empresarial desse público.



RELISE

202

Em relação à Educação Financeira e esses pequenos negócios, a percepção das/dos participantes, nos evidencia um pequeno público que entende a importância da educação financeira para o sucesso empreendedor, que já busca formação e informação. Em outra via, um público maior que ainda está em processo dessa compreensão ou que não evidencia sua posição ou compreensão. Nessa esteira, a hipótese por nós defendida, ao longo da pesquisa, de que a Educação Financeira pode impactar na sustentabilidade dos negócios de empreendedoras/es negras/os, tendo em vista os motivos por necessidade, maneira geral, como esse público se insere no empreendedorismo, e ainda, pelas lacunas, barreiras e dificuldades que enfrenta para se manter, pôde ser confirmada por meio dos dados e das contribuições teóricas, evidenciando a importância da educação financeira para a sustentabilidade desses negócios.

Ainda foi possível, diante dos dados e mobilização teórico-conceitual e metodológica, propor um conjunto de recomendações direcionadas a ampliar e promover o acesso à educação financeira de empreendedoras/es negras/os. Além disso, apresentamos neste trabalho, uma síntese das estratégias de educação financeira, elaboradas pelo governo federal, bem como uma reflexão crítica no que tange à realidade de empreendedoras/es negras de forma geral, em especial, no estado da Bahia.

O estudo em tela, se apresenta também, como relevante contribuição social, diante da discussão referente à sustentabilidade dos negócios de empreendedoras/os negras/os e os desafios e as oportunidades relacionadas à educação financeira, para o público investigado, visando a defesa da ampliação e fortalecimento de políticas públicas afirmativas, posto que a ocupação no empreendedorismo sustentável e com justiça social e econômica, ainda é uma problemática a ser pautada, de forma omnilateral, integrada, trans e interdisciplinar, pelo fato de que, mesmo em condições de classe mais



RELISE

favoráveis, pessoas negras, (no caso aqui, empreendedoras/es) sofrem as barreiras racistas, visto que, no Brasil, a representação de negritude, seja por potencialização positiva, pertencimento racial ou por manifestação de racismo, é por marca (Nogueira, 2026) e não por origem racial, ética ou de classe.

Diante disso, percebemos possibilidades de desdobramentos para o aprofundamento de estudos futuros, que inclusive abrangem todo o território nacional. Nesse caso, é importante que as pesquisas a serem realizadas considerem questões interseccionais envolvendo raça/cor, etnia, classe, gênero entre outros marcadores sociais, no contexto do mundo dos negócios, envolvendo a relação da educação financeira, investimentos e perfis sociais, diante dos ramos e inserção no empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Heraldo Márcio de. Mulheres negras empreendedoras no Brasil: suas barreiras e comportamento de superação para empreender. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2022.

BRASIL, Ministério da Educação.

Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. [S. l.]: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024. [Links].

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Proposta de Práticas de Implementação. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.



RELISE

DA ROSA, Carolina Mato; DE VASCONCELLOS, Silvio Luís; FALASTER, Christian Daniel. As cores do empreendedorismo no Brasil: Efeitos da etnia sobre a renda, sob uma perspectiva comportamental. REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal, v. 11, n. 1, p. e1933-e1933, 2022.

FÓGOS JÚNIOR, Daniel Garrido et al. Os potenciais efeitos das fintechs na promoção da cidadania financeira dos negros no Brasil. 2023.

GOOGLE; BOX1824. Coisa de preto: um estudo sobre a real jornada dos afroempreendedores brasileiros. 2022. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/_qs/documents/17936/Google_Box_1824_co_isadepreto.pdf> Acesso em: 10/05/2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>.

INSTITUTO ETHOS. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2016.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

NUNES, Erivelton de Souza. Negros e brancos tem o mesmo acesso as oportunidades de empreender? Evidências empíricas e o cenário brasileiro [ONLINE]. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/08/10/negros-e-brancos-tem-o-mesmo-acesso-as-oportunidades-de-empreender-evidencias-empiricas-e-o-cenario-brasileiro>. Acesso em: 20 de mar.2024.

PORTAL G1. Entenda por que é importante falar de educação financeira no Brasil. 2019. [ONLINE]. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/papo-reto/noticia/2019/08/22/entenda-por-que-e-importante-falar-de-educacao-financeira-no-brasil.ghtml>.



RELISE

205

RAMOS, M.N. (2008). Concepção do ensino médio integrado. Texto apresentado em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. 8 e 9 de maio. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_médio_integrado5.pdf .

SANTOS, Maria Angélica dos. O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento black money. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração pública, v. 41, p. 1121-1141, 2007.